

# DIREITO CONSTITUCIONAL I

*Turma A 2020/2021 (1.º Semestre)*

*Exame da Época Especial – 8 de Setembro de 2021*

***[Tópicos de Correção]***

**Regente:** Professor Doutor Paulo Otero

**Colaboradores:** Professores Doutor Pedro Sánchez; Ricardo Branco; Pedro Lomba

**Duração da Prova:** 90 minutos

## I

Em plena crise pandémica, e tendo em vista minimizar o perigo de contágio, o Presidente da República aprovou um decreto que declarou o estado de emergência em todo o território português e determinou a suspensão parcial do exercício do direito da liberdade de culto.

Nos termos desse decreto:

- a) Todas as celebrações e cerimónias religiosas foram suspensas durante a vigência do estado de emergência;
- b) Foi ressalvado, no entanto, que se mantinha intacto o direito de cada cidadão praticar individualmente os actos de culto no seu próprio domicílio;
- c) Foi proibida a resistência às ordens das autoridades que visassem fazer cumprir as medidas previstas no decreto, determinando-se que os actos de resistência fariam incorrer os seus autores no crime de desobediência, o qual seria punido com uma pena máxima de 20 anos de prisão.

John, cidadão de nacionalidade norte-americana residente em Portugal, organizou um acto de culto da sua confissão religiosa num jardim público, onde compareceram 100 outros cidadãos, todos eles estrangeiros, alegando que o Estado Português não poderia regular o seu comportamento em virtude de nenhum dos participantes no culto ser cidadão português.

Tendo o acto de culto sido interrompido pelas autoridades, e recusando-se John a abandonar o local, enfrenta agora uma acusação que requer a sua condenação à pena de prisão prevista no decreto.

Responda às seguintes questões:

1) Que argumentos poderiam ser apresentados para justificar a medida de suspensão da liberdade de culto à luz da tradição constitucional e do pensamento político ocidental? (4 valores)

- *A protecção do bem comum como fim do Estado; contributos históricos valorizadores de um Estado guiado pelo bem comum;*
- *Os contributos históricos que priorizam o bem-estar colectivo sobre a dignidade individual – em especial, Platão, Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Hegel...;*
- *As propostas históricas de supressão da liberdade religiosa ou de substituição da religião tradicional por uma religião civil;*
- *Fundamentação à luz da Constituição vigente: os deveres do Estado de protecção da saúde pública;*
- *Idem: o aparente indício fornecido pela Constituição quanto à susceptibilidade de suspensão da liberdade de culto à luz da comparação das redacções dos artigos 19.º, n.º 6, e 41.º, n.º 1, da Constituição;*
- (...)

2) Que argumentos invocaria para recusar a constitucionalidade da suspensão parcial da liberdade de culto? (4 valores)

- *Caracterização de um Estado de direitos humanos;*
- *O lugar da liberdade religiosa no Estado de direitos humanos;*
- *Contributos históricos de protecção da liberdade religiosa: em especial, pensamento judaico-cristão e tomista; os contributos posteriores de Locke ou Voltaire...*
- *A aplicabilidade do n.º 6 do artigo 19.º da Constituição e a desconstrução da alegada possibilidade de cisão entre as dimensões individual e colectiva da liberdade religiosa;*
- *A discussão sobre a natureza supraconstitucional de alguns dos direitos previstos no n.º 6 do artigo 19.º da Constituição;*
- (...)

3) Aprecie o argumento de John quanto à inaplicabilidade do decreto presidencial aos cidadãos estrangeiros. (2 valores)

- *A aplicabilidade do Direito do Estado e a soberania no território nacional;*
- *Identificação dos elementos de conexão com o Direito Português (poder político exercido sobre povo e território);*
- *O princípio da igualdade entre cidadãos portugueses e estrangeiros;*
- *O princípio da universalidade e o regime do artigo 15.º da Constituição;*
- (...)

4) Aprecie a constitucionalidade da proibição do exercício do direito de resistência e a sua aplicação ao caso de John. (4 valores)

- *Os fundamentos históricos do reconhecimento do direito de resistência;*
- *As origens do debate acerca da possibilidade de desobediência à lei injusta (Antígona vs. Sócrates);*
- *A discussão sobre a susceptibilidade de suspensão do direito previsto no artigo 21.º da Constituição ou a sua inclusão implícita no elenco de direitos insusceptíveis de suspensão;*
- *O problema autónomo da violação do princípio da proporcionalidade pela pena prevista no decreto.*

## II

Comente a seguinte afirmação:

«O conceito de soberania proposto por Bodin e desenvolvido por Hobbes, Pufendorf e Rousseau não é aplicável no século XXI.» (6 valores)

- *Os fundamentos e as características do conceito de soberania em Jean Bodin;*
- *O desenvolvimento os traços do conceito de soberania em Hobbes, Pufendorf e Rousseau;*
- *Os desafios actuais à manutenção do conceito de soberania;*
- *Idem: em especial, os problemas suscitados pela globalização e pela integração europeia;*
- *Idem: as limitações impostas à soberania pela dependência financeira dos Estados;*
- *O ius cogens como limite à soberania dos Estados;*
- *A discussão sobre a manutenção da aplicabilidade do n.º 1 do artigo 3.º da Constituição e o seu confronto com os artigos 7.º, n.º 6, e 8.º, n.º 4, da Constituição;*
- *Valorização da posição pessoal do aluno;*
- (...)